



Nota Informativa – Prova de Conhecimentos

Técnico Superior - Ref. A - Área de Psicologia - Divisão de Ação Social

Dia 20/04/2024 às 9:30H

– Escola Secundária Dr. Mário Sacramento –

Prova de Conhecimentos - será escrita, com consulta da legislação indicada, de natureza teórica, com a **duração de 90 minutos, acrescidos de 30 minutos de tolerância**, e visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo adequado conhecimento da língua portuguesa, sendo a classificação expressa de 0 a 20 valores, até às centésimas, e incidirá sobre as **matérias e legislação necessária à sua preparação a seguir discriminadas**:

Conhecimentos gerais:

- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente - enfoque na Parte 2: Título II – Capítulo I (Recrutamento), Capítulo II (Forma, período experimental e invalidades); Título IV – Capítulo I (Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público); Capítulo II (Atividade, local de trabalho e carreiras), Capítulo V (Tempos de não trabalho);
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual - Código do Procedimento Administrativo: artigos 1.º a 19.º, artigos 53.º a 64.º, artigos 67.º a 76.º, artigos 82.º a 88.º, artigos 102.º a 114.º, artigos 121.º a 125.º e artigos 148.º a 160.º;
- Estrutura Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série n.º 57, sob o Aviso n.º 5972/2022, de 22/03/2022;
- Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais;

Conhecimentos específicos:

- Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, na sua redação atual;
- Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 agosto, na redação atual - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social;
- Portaria n.º 63/2021, de 17 de março - regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais;
- Portaria n.º 64/2021, de 17 de março - define, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, o exercício de competências de coordenação administrativa e financeira do programa de contratos locais de desenvolvimento social pelas autarquias locais;
- Portaria n.º 65/2021, de 17 de março - estabelece os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI para as câmaras municipais, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;
- Portaria n.º 66/2021, de 17 de março - Regula o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e o disposto na secção II do capítulo II do referido decreto-lei, designadamente a criação das cartas sociais municipais e supramunicipais e fixa os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão;

- Portaria n.º 371/2019, de 14 de outubro - regula os termos de funcionamento da Linha Nacional de Emergência Social (LNES);
- Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, na sua redação atual – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
- Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de setembro;
- Diagnóstico Social/Plano de Desenvolvimento Social do Município de Aveiro - <https://www.cm-aveiro.pt/servicos/acao-social/rede-social/instrumentos-diagnostico-e-planeamento-social>;
- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro;
- ENIPSSA – Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação Sem Abrigo/2017-2023 - <https://www.enipssa.pt>
- Regulamento do Fundo Apoio a Famílias do Município de Aveiro - https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/document/file/4520/2_4reforma_acao_social_reg_fundoapoiofam_lias.pdf
- Regulamento Municipal das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro - https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/document/file/8169/regulamento_das_habitacoes_sociais_propriedade_do_municipio_de_aveiro.pdf
- Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas – https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/document/file/17099/regulamento_taxas_licencas2022.pdf
- Estatutos da Ordem dos Psicólogos Portugueses - Lei n.º 138/2015, de 7 de setembro - aprova a segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado pela Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
- Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro - cria a Ordem dos Psicólogos e aprova o seu Estatuto.